

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

Editor-coordenador
Luiz Lasserre
llasserre@grupoatarde.com.br

salvador@grupoatarde.com.br

ORLA Carro invade posto e bate em bombas de combustível



www.atarde.com.br

CENTRO ANTIGO Sessão tumultuada garante programa Revitalizar, que concede isenção fiscal para proprietários

CÂMARA APROVA PROJETO PARA RECUPERAÇÃO DE CASARÕES

ANDERSON SOTERO

Sob protestos e vaias de moradores do Centro Histórico, a Câmara dos Vereadores aprovou ontem, por 33 votos a favor e sete contrários, o projeto de lei do programa Revitalizar, que prevê isenção fiscal para proprietários de casarões da região.

A conturbada votação ocorreu um dia após um imóvel ter desabado e provocado a morte de três pessoas, na ladeira da Soledade, no Centro Antigo.

O vereador José Trindade (PSL), líder da oposição, disse que a bancada vai judicializar a aprovação do projeto. "Toda a tramitação na Casa no dia de hoje [ontem] feriu o regimento interno e a Lei Orgânica do município. E o mais grave é que a lei estabelece duas discussões e só foi feita uma", afirmou.

Houve protesto durante toda a sessão. "O Centro é para morar, não para espe-

cular. Eco, eco, eco, suspende esse projeto", gritavam moradores e integrantes de associações e movimentos sociais que criticam "ausência de garantias de moradias no programa" para as pessoas que já residem na região e a "intenção" de beneficiar empresários.

"Eu vou esvaziar a galeria, se vocês não respeitarem a fala de cada um", ameaçou em diversas ocasiões o presidente da Câmara, Leo Prates (DEM), que chegou a pedir assistência militar no início da sessão para tentar conter os protestos.

O Projeto de Lei 302/2016 foi encaminhado pela prefeitura em dezembro do ano passado e votado em regime de urgência, segundo o presidente.

Foram acrescentadas quatro emendas ao texto.

Programa

O programa Revitalizar é considerado a principal

ação da Diretoria da Gestão do Centro Histórico, instância da Secretaria de Cultura do município, ainda em formação e com objetivo de centralizar ações para a região do Centro Antigo.

A ideia é que a isenção de impostos municipais como o IPTU e o ISS seja concedida para que os proprietários recuperem os imóveis, muitos deles tombados, e possam dar um uso aos casarões.

Caso eles não aceitem a oferta, o município poderá se valer de outra lei municipal, já aprovada, se permite à prefeitura se apropriar de imóveis em ruínas que, após cerca de cinco anos, ainda não tenham recebido intervenções.

"O nosso protesto não é contra a revitalização e, sim, para garantir a moradia das pessoas que sempre viveram na região. Não queremos que se priorizem os estrangeiros e o comércio", afirmou a arte-educadora

Fotos Margarida Neide / Ag. A TARDE



Governista Carballal e opositorista Aladilce debatem

Nildes Sena, 48, presente à sessão na Câmara.

O secretário de Cultura, Cláudio Tinoco, disse que, após a sanção do prefeito ACM Neto, o programa deve ser regulamentado em até 60 dias.

De um município vai se valer de um levantamento feito pela Defesa Civil (Codesal), onde são apontados 250 casarões com riscos de desabamento ou desocupados.

Estes imóveis serão os primeiros alvos da iniciativa e se concentram da Conceição da Praia até o Santo Antônio Além do Carmo.

"É uma recuperação do Centro Antigo que não fica condicionada a recursos públicos", frisou Tinoco.

Críticas

Vereadores de oposição alegaram que o Revitalizar não tem perspectivas para moradores e servirá para "expulsar" a população pobre e negra da região, além de beneficiar somente os empresários.

A vice-líder da oposição na Câmara, vereadora Aladilce Souza (PCdoB), afirmou que há, no projeto, "problemas de inconstitucionalidade e ilegalidade". Segundo ela, há, por exemplo, violação do parágrafo 6 do artigo 150 da Constituição. "Projeto de isenção fiscal tem que ser específico e tratar só da matéria, mas este trata de edificação", disse a vereadora.

Ainda segundo Aladilce, o objetivo do Revitalizar na região não pode estar separado de um plano de dinamização da economia da cidade como um todo, para reduzir a desigualdade e o desemprego.

"Este projeto não inclui uma perspectiva de ampliação e fixação de moradias na região", ela apontou.

Já o líder do governo, vereador Henrique Carballal (PV), afirmou que as críticas são derivadas de vereadores que têm "inveja" e "fazem oposição sistemática" ao prefeito ACM Neto. Ele defendeu o Revitalizar, projeto "bom para a sociedade", e lembrou o desabamento do casarão na Soledade.

"Parece que a oposição quer manter os casarões com essas estruturas. É um projeto fundamental porque pode garantir a recuperação física dos imóveis e promover a geração de emprego e renda", afirmou o vereador.

Segundo Carballal, o projeto permitirá a multiutilização dos imóveis. "A expulsão de moradores é mentira. O proprietário pode morar no local e abrir um comércio embaixo, por exemplo. O que nós não queremos é que aconteça o que ocorreu na Soledade", ressaltou.

O vereador comemorou o resultado. "A bancada do prefeito votou unida e a gente ainda conseguiu convencer três votos da oposição", finalizou.



Moradores do Centro Antigo protestaram da galeria

"Esse programa aprovado tem problemas de ilegalidade"

ALADILCE, vereadora PCdoB

"O que nós não queremos é que aconteça o que ocorreu na Soledade"

CARBALLAL, vereador do PV



Plenário ficou cheio para aprovação do projeto

HOMEM NEGA PROPRIEDADE DE CASARÃO NA SOLEDADE

SILVÂNIA NASCIMENTO* E REDAÇÃO

O suposto proprietário do casarão que desabou, na noite da última segunda-feira, deixando três mortos e dois feridos na ladeira da Soledade, compareceu, na manhã de ontem, na 2ª Delegacia Territorial (Lapinha) para prestar depoimento. A identidade dele não foi revelada.

De acordo com o delegado titular da 2ª DT, Luis Costa Ferreira, o homem apontado como proprietário, que foi com um advogado, nega ser o dono do imóvel.

"No depoimento, ele disse que em uma outra época tentou intermediar a venda do imóvel para uma pessoa, que nesse caso é apontado por ele como o dono. Investigaremos com muita cautela tudo o que foi declarado", disse Ferreira.

Ameaça

Ao ser questionado sobre o motivo de ter abandonado o local no momento do acidente, ele informou que fugiu porque foi ameaçado pelos vizinhos das vítimas.

Segundo o delegado, sem o resultado do laudo do Departamento de Polícia Téc-

nica, que tem prazo de 30 dias para ser concluído, não é possível apontar a causa do acidente.

"Após a liberação do laudo e análise das informações e documentos que foram levantados, tudo será encaminhados à Justiça", disse delegado.

Defesa Civil

Já a Defesa Civil de Salvador (Codesal) divulgou nota, ontem, informando que aguarda finalização da vistoria do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) sobre ação de demolição ou escoramento das es-

Xando Pereira / Ag. A TARDE / 25.04.2017



Imóvel desabou deixando três mortos e dois feridos

truturas do imóvel que desabou parcialmente na ladeira da Soledade. "A Codesal expediu, ontem [anteontem], um ofício solicitando, em caráter emergencial, a demolição e/ou escoramento dessas estruturas, ainda instáveis, com risco para transeuntes e vizinhos", informa a nota.

O Ipac informou que fará um diagnóstico para averiguar se a melhor solução para a estrutura é escorar ou demolir o imóvel.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA-COORDENADORA DO PORTAL A TARDE ILOMA SALES